

ATA NÚMERO 173/XII (3.ª)

Aos doze dias do mês de maio de 2014, pelas 18 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 — Audição do Presidente da Rádio e Televisão de Portugal, SA, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre a interrupção da emissão da RTP Internacional;
- 2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.
- 3 — Apreciação e votação da Ata n.º 157/XII (3.ª).

Por o Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, se encontrar ausente em trabalho parlamentar, a reunião foi presidida pelo Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão, o qual agradeceu a presença dos membros do Conselho de Administração da RTP, SA, Alberto da Ponte, Luiana Nunes e António Beato Teixeira, e explicou a metodologia dos trabalhos, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Cecília Honório (BE), autora do requerimento apresentado.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), Paulo Pisco (PS), Mónica Ferro (PSD) e Carla Cruz (PCP).

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) referiu-se aos «apagões» que têm ocorrido na RTP, o primeiro dos quais na RTP Internacional, mais precisamente na cobertura em sinal aberto que cobre os Estados Unidos da América e o Canadá, fruto de uma decisão arbitrária, uma espécie de experiência para aferir se os telespectadores reclamavam ou não; às sucessivas reclamações apresentadas, às quais a RTP respondeu evasivamente dizendo que se tratava de uma operação para evitar redundâncias, o que, para o Grupo Parlamentar do BE, não faz qualquer sentido e compromete a prestação do serviço público aos portugueses espalhados pelo mundo; ao segundo apagão ocorrido, durante a noite e a madrugada na passada segunda-feira, na Antena 1, o que levou à demissão do próprio Conselho de Redação, em protesto contra as alterações na condução

das emissões de madrugada, pondo em causa a informação da rádio pública; à «política do apagão» que está a ser feita em nome dos cortes ou da arbitrariedade das decisões, que não tem qualquer sentido e compromete a qualidade do serviço público de rádio e de televisão.

Referiu-se também às declarações feitas pelo Presidente do Conselho de Administração da RTP, de que a empresa tinha dinheiro para pagar salários até ao final do ano, que ia haver um corte de 23 milhões de euros, que o despedimento coletivo continuava em cima da mesa, mas que em maio já poderia dar mais alguma informação; aos contornos desse despedimento; ao plano de atividades e orçamento da RTP, apresentado em 24 de abril passado, que assume com muita clareza que não há verbas suficientes para satisfazer alguns compromissos, designadamente na área do arquivo, da cooperação, das delegações internacionais e dos centros regionais; ao destino dos Centros Regionais dos Açores e Madeira, ao despedimento de uma série de trabalhadores, à redução do serviço público de rádio e de televisão e à externalização de serviços.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se ao número de apagões de que o Presidente do Conselho de Administração da RTP tinha conhecimento e à monitorização da qualidade e da fiabilidade da transmissão da RTP Internacional e da RDP via satélite.

O Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) salientou que a questão mais relevante em torno da suspensão da emissão não tinha propriamente a ver com aspetos técnicos, mas sim, com a redução dos custos das emissões, com a estratégia delineada e a programação a seguir; referiu-se também ao anúncio feito de que a partir de 6 de janeiro ia haver um reforço de investimento na RTP Internacional e ao facto de ter havido, a 10 de março, uma suspensão da emissão por satélite; à importância da RTP Internacional como instrumento de ligação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e de valorização da língua portuguesa; à necessidade de haver maior transparência relativamente à missão principal da RTP Internacional, aos custos associados à sua programação, ao seu funcionamento, aos seus satélites e aos seus funcionários; ao facto de os novos programas anunciados não constarem, passados quatro meses, das grelhas de programação; e, por fim, à necessidade de nos noticiários da RTP Internacional ter 15 pessoas a fazer um jornal que apenas compila as notícias transmitidas pelos outros telejornais.

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) salientou a importância estratégica da RTP Internacional como instrumento de projeção da língua portuguesa e de um Portugal moderno para o mundo; o facto de Portugal ser o único país que fornece este tipo de sinal; os investimentos a

fazer nesta área e as grandes transformações que estão previstas para a RTP Internacional, dentro de um quadro de equilíbrio financeiro da empresa.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) debruçou-se sobre a intenção que esteve na base da interrupção do serviço pelo satélite e perguntou se o objetivo não era o de fazer um teste para pôr fim ao emissor; a prestação do serviço público pela RTP, quer em Portugal, quer em todas as comunidades espalhadas pelo mundo; o fim da indemnização compensatória e a necessidade de a administração da empresa exigir da tutela um financiamento que permita assegurar a prestação do serviço público, tal como consagrado no contrato de concessão e também na Constituição da República Portuguesa; a constante interrupção do serviço da RTP Internacional em Timor-Leste, fruto das dificuldades financeiras em manter o gerador ligado, impedindo a comunidade de ter acesso ao serviço público de televisão e de rádio; a possibilidade de haver um despedimento coletivo na RTP e número de trabalhadores que vão ser dispensados.

O Presidente da RTP respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que a interrupção do serviço no satélite Galaxy 19 ocorrida durante 24 horas no dia 11 de março tinha sido planeada, anunciada através de um comunicado e os telespectadores devidamente avisados; que, no total, a RTP tinha recebido 418 chamadas e 155 *e-mails*, a maior parte proveniente da Califórnia, o que representava menos de 0,02% do total dos telespectadores da RTP Internacional; que o território norte-americano funcionava num sistema de «dupla iluminação», ou seja, através dos satélites Intelsat e Galaxy 19 e que o conjunto destes satélites de acesso em sinal livre da RTP Internacional representava para a RTP um custo total de três milhões de euros, suportado pela CAV e pelas receitas comerciais; que a RTP estava tão consciente da sua missão de serviço público que a seguir tinha tomado a decisão de manter o Galaxy; que se a RTP fosse uma empresa apenas com critérios de gestão o serviço pelo satélite seria suspenso, mas que, sendo uma operadora de serviço público, vai manter esse serviço.

Adiantou, também, que espera que a estratégia para os canais internacionais seja ainda mais focada e agressiva, e que a sua equipa está a fazer muito mais pela língua portuguesa do que aquilo que é pedido no próprio contrato de concessão; que não tem conhecimento de qualquer apagão na RTP; que o despedimento coletivo só avançará como última medida, que o objetivo é o de fazer a necessária reestruturação com o menor custo social possível; que é por essa razão que, neste momento, se encontram em diálogo aberto com os representantes dos trabalhadores,

reconhecendo o esforço que ambas as partes estão a tentar fazer para se chegar a um acordo; que desconhece se a Antena 1 está ou não em automático durante a madrugada, e que não tem conhecimento da uma eventual demissão do Conselho de Redação da rádio; que a empresa tem de procurar fazer um equilíbrio orçamental na grelha, no custo das delegações e dos satélites e da cooperação.

Mais acrescentou que a RTP anunciou em janeiro deste ano um reforço da grelha da RTP internacional, o que já foi concretizado em três faixas horárias diferentes, uma para a América, outra para a Europa e outra para a Ásia; que, embora haja repetições em cada uma das faixas, a RTP Internacional tem neste momento três canais e três emissões, sendo este o primeiro, o mais evidente, e o mais claro sinal de respeito pelo telespetador que os ouve lá fora; que no plano de desenvolvimento e redimensionamento da RTP há um capítulo inteiramente dedicado à melhoria que se pretende levar a cabo na RTP Internacional; que neste momento a RTP Internacional já tem 11 blocos informativos diferentes (e mais cinco que vêm a caminho) e um reforço sério do investimento na sua grelha; que o serviço internacional deve ser feito de uma forma segmentada tendo em atenção os vários grupos de portugueses residentes no estrangeiro, desde os mais velhos aos mais jovens e até àqueles que, sendo lusodescendentes, já não falam a língua portuguesa; que houve melhorias claras no serviço prestado pela RTP Internacional e pela RTP África; que a RTP está a fazer muito mais do que aquilo que está previsto no contrato de concessão; que não pode garantir a 100% que Portugal é o único país que fornece este tipo de sinal aberto.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Paulo Almeida (CDS-PP), Paulo Pisco (PS), Mónica Ferro (PSD) e Carla Cruz (PCP), tendo o Presidente do Conselho de Administração da RTP respondido no final e em bloco às questões colocadas.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 19 horas e 55 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Por se tratar de matéria relativa ao Estatuto dos Deputados os assuntos constantes do segundo ponto da Ordem do Dia foram tratados à porta fechada.

No âmbito do último ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) solicitou ao Senhor Presidente em exercício o adiamento da votação da Ata n.º 157/XII (3.ª), pelo que, não havendo objeções, ficou agendado para a próxima reunião da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 20 horas e 10 minutos.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140512_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2014

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(JACINTO SERRÃO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

Ana Oliveira

André Pardal

Carla Cruz

Cecília Honório

Inês de Medeiros

Jacinto Serrão

Lídia Bulcão

Maria da Conceição Caldeira

Paula Gonçalves

Paulo Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
João Lobo
Paulo Pisco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar
Isabel Oneto
João Portugal
Mendes Bota
Pedro Delgado Alves
Sérgio Azevedo

Esteve ausente em trabalho parlamentar a Senhora Deputada Mónica Ferro.

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 31/07/2014.